

PARQUE ARQUEOLÓGICO DO CÔA. IDEIAS E PROPOSTAS PARA UM PROJECTO*

por

Alexandra Cerveira Pinto, Virgílio Hipólito Correia
& António Manuel Silva

1. INTRODUÇÃO

Desde Novembro de 1994, altura em que os arqueólogos e o público em geral ganharam crescente conhecimento do valioso património arqueológico constituído pela arte paleolítica do Vale do Côa, a ProAPA/Associação Profissional de Arqueólogos tem vindo a seguir com natural preocupação a evolução do processo nas suas vertentes científica, profissional, patrimonial, social e política, tendo acerca deste assunto emitido diversos comunicados de imprensa, participado em visitas e reuniões e discutido a questão com os mais variados intervenientes e interessados.

Na realidade, o valor patrimonial único e insubstituível patente naquele conjunto rupestre de ar livre rapidamente conjugou a quase unanimidade dos cientistas, entre os quais os maiores especialistas mundiais de arte pré-histórica. Algumas questões técnico-científicas que permanecem, como a dos diferentes métodos de datação utilizáveis e a consequente variação na cronologia absoluta dos gravados, não são relevantes no actual nível de decisão, uma vez que em nada beliscam a novidade, a grandeza e o significado de um achado como este, que coloca Portugal nos grandes itinerários mundiais de arte paleolítica.

Isto o sentiram desde muito cedo os milhares e milhares de jovens, com os de Foz Côa à cabeça, e os milhares e milhares de cidadãos das mais diversas regiões, profissões e sensibilidades que há mais de meio ano vêm subscrevendo abaixo-

* O presente texto foi editado pela ProAPA/Associação Profissional de Arqueólogos em Junho de 1995. Agradece-se a colaboração das seguintes pessoas e instituições: Museu Nacional de Arqueologia, Quercus/Associação Nacional de Conservação da Natureza (Núcleos da Guarda e Porto), Francisco Alves, Paulo Dordio Gomes, Gonçalves Guimarães, Vítor Oliveira Jorge, Maria Isabel P. Osório, Gaspar Martins Pereira, Marília Vieira, Paulo Costa Pinto, Luís Raposo, João Pedro Ribeiro.

-assinados, participando em debates, intervindo em jornais e eventos públicos e manifestando a sua opção *pro*-gravuras das mais variadas e criativas formas.

Também a nível internacional isto acontece. Os apelos de reuniões de arqueólogos e outros cientistas, os editoriais da imprensa estrangeira ou os numerosos protestos de cidadãos de todo o mundo, a que se juntam vozes de responsáveis políticos e figuras públicas, reclamam do nosso País a preservação, em condições de dignidade e integridade, dessa “*fonte de memória colectiva europeia*” e mundial que é a arte do Côa, para citar uma expressão da mais recente convenção europeia sobre património arqueológico assinada por Portugal.

A criação de um Parque Arqueológico no Vale do Côa, obviamente alternativo à barragem, é, assim, uma medida que se impõe como a mais adequada para promover a investigação de um património único, a sua protecção e a sua valorização com fins educativos, culturais e de desenvolvimento regional. Isto afirmámos, concretizando com alguns dados preliminares, em comunicado emitido em 27 de Março passado.

Deste modo, a ProAPA tem vindo a estudar um conjunto de ideias e propostas que permitem agora, com alguma propriedade, *simular* um parque arqueológico no Côa. Não o “parque” de plástico e betão, coexistente com a barragem, que a EDP sugeriu há meses. Os fundamentos desse projecto, que assentavam em parte na possibilidade de remoção das rochas gravadas, são inaceitáveis à luz da ética científica e desrespeitam grosseiramente a integridade de um ambiente *mágico*, histórica e globalmente significativa como é a paisagem e a topografia do Côa. Outras iniciativas e propostas tendentes também à criação de um parque no Côa, ultimamente anunciadas e provenientes de arqueólogos, partidos políticos ou outras instituições, devem — independentemente do nosso acordo aos princípios e metodologias aí avançados — ser registadas com agrado, já que um tema desta natureza só tem a ganhar com um debate tão amplo quanto possível e com o cruzamento das diferentes perspectivas e propostas de actuação.

O que pela nossa parte propomos, em síntese, é a criação de um Parque Arqueológico, dotado de um Museu e Centro de Investigação, adiante designado convencionalmente pela sigla **PARC** (Parque ARqueológico do Côa).

Deve ficar claro que assumimos este documento como mera contribuição, através de um conjunto de ideias e propostas, fruto da análise e reflexão e perfeitamente exequíveis do nosso ponto de vista, para o Parque que há que criar no Côa. Não pretendemos posicionar-nos como proponentes ou promotores formais de um empreendimento que, pela sua própria dimensão e natureza, terá de resultar de actos políticos. Como arqueólogos porém, amantes do passado tanto como dos homens e mulheres que hoje têm o direito de o conhecer e usufruir dessa herança comum, entendemos que importava ir mais além na consciencialização da opinião pública, dos agentes socio-económicos e dos decisores políticos. Depois de expor

ao mundo, com palavras sempre pequenas e inadequadas, o espanto e alegria que nos causou tamanho achado, impunha-se pensar um *depois*, simular um cenário atraente mas realizável, tarefa tanto mais importante quanto *do outro lado*, há que rejeitar com coragem um projecto de grande expressão económica, pelos meios que envolve, mas cuja indispensabilidade nunca vimos claramente provada.

2. PORQUÊ UM PARQUE?

Um *parque arqueológico* no vale do Côa constituirá sem dúvida a melhor forma de proteger e valorizar os elementos patrimoniais aí existentes. Esta figura, se bem que não possua ainda o devido enquadramento orgânico-legislativo no nosso País (o que existe são apenas *parques naturais* com património arqueológico e *monumentos, conjuntos ou sítios* classificados com maior ou menor dimensão) reúne características que em tudo se adequam a estes bens, como sejam:

- permite delimitar e salvaguardar um território amplo, única forma de garantir a protecção a monumentos tão numerosos quanto imprevisíveis;
- sustenta uma visão de conjunto, em tudo significativa para a compreensão daquele complexo artístico;
- possibilita uma apreensão integrada passível ainda de reflectir um momento particular de antropização de um espaço que mantém aparentemente pouco alteradas as suas condições topográficas originais; e
- apresenta, por fim, possibilidades de uma dinâmica específica, quer em termos de atracção de público quer em potencial de realizações.

Segundo disposições internacionalmente aceites a criação de um parque arqueológico exige as seguintes pré-condições¹:

- ser uma estação ou área arqueológica classificada;
- apresentar um alto grau de interesse científico, educativo e histórico;
- o seu estado de conservação ser considerado suficientemente bom para exposição ao público.

De pronto se verifica a adequação da riqueza arqueológica do Côa a este enunciado. As gravuras rupestres encontram-se em processo de classificação como bens de interesse nacional, justificando claramente por si só, não só o acto de classificação como a sua inclusão numa área de parque arqueológico. No que se

¹ Adapt. de Querol, M. Angeles, "Filosofía y concepto de Parque Arqueológico", in *Seminario de Parques Arqueológicos*, Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, Madrid, 1993, pp. 13-22, *Idem* (1995), La Foz del Côa, marco perfecto para un parque cultural", *Boletim. Universidade do Porto*, 25, Porto, p. 43.

refere ao estado de conservação, parece também claro que as medidas de consolidação e protecção necessárias aos blocos onde foram gravados muitos motivos não desautorizam a que se considere o conjunto, globalmente, como bem conservado e passível de visita pública.

A mesma Autora que citámos, M. Angeles Querol, da Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense de Madrid, escreveu há pouco tempo:

“Por el lugar que ocupa, por el interés científico que encierra y por la belleza que posee, la Foz del Côa se ha convertido, inmediatamente después de su descubrimiento, en uno de los lugares más apropiados del occidente europeo para conservarse durante generaciones y generaciones, como un Parque Cultural”².

3. A ARTE RUPESTRE DO CÔA

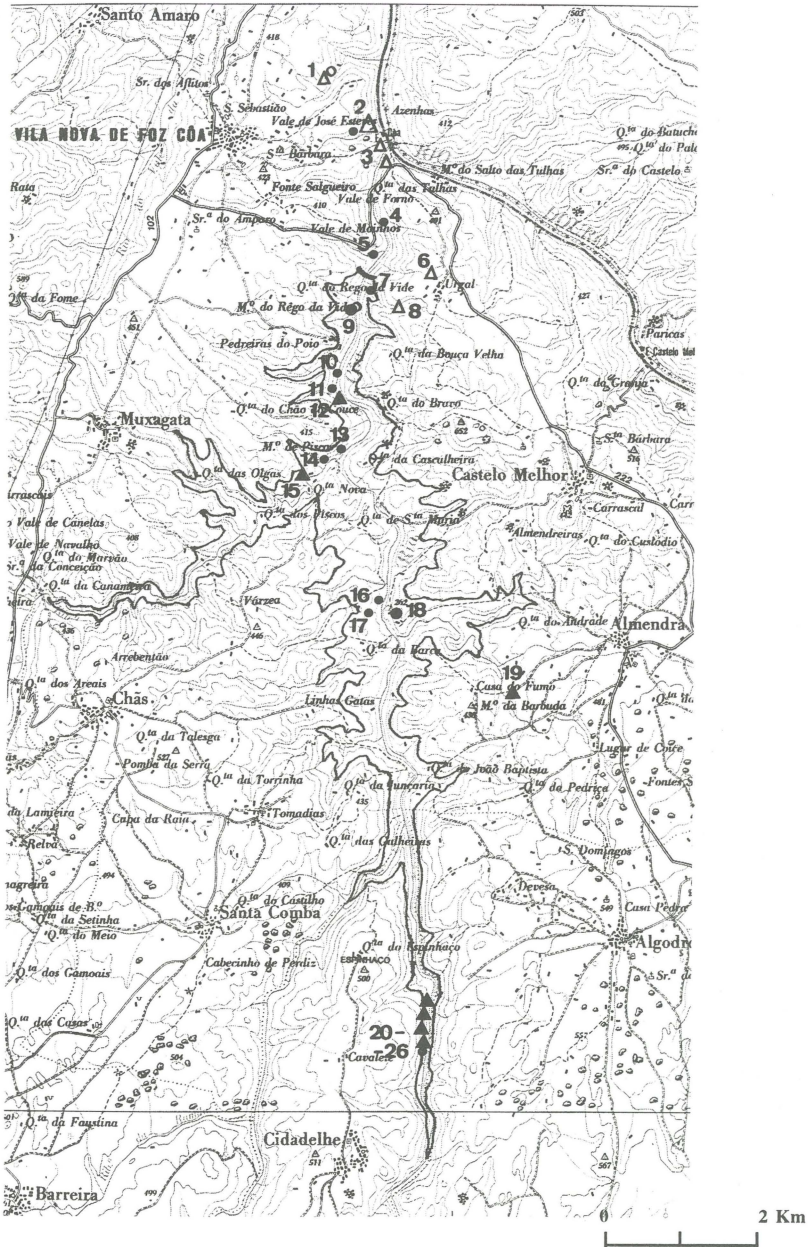
De acordo com o recente trabalho de Néelson Rebanda sobre a arte paleolítica do Côa³, podemos resumir do seguinte modo a extensão e significado daquele complexo rupestre, adiante apresentado no Mapa 1:

- Integra representações de diversas épocas, estilos e técnicas, desde o Paleolítico Superior à época histórica, até meados do séc. XX.
- Estende-se pelo menos por uma área de cerca de 17 Km, ao longo das duas margens do Côa e ribeiras tributárias;
- Predominam as gravuras em superfícies verticais de xisto, com uma única excepção, até ao momento, de gravuras executadas em zonas de granitos. O maior número de pinturas reconhecidas encontra-se em paredes graníticas.
- A primeira fase, data do Paleolítico Superior (entre 20.000 e 10.000 anos) e é caracterizada por numerosas representações de cavalos, bóvidos e caprídeos, em estilo naturalista, similar às imagens mais clássicas de grutas como Lascaux ou Altamira.
- Até Março de 1995 foram identificados quatro grupos principais de gravuras deste tipo, com cerca de 25 rochas, acima do nível de influência da albufeira do Pocinho no rio Côa (cota de 126 m), havendo, pelo menos, 10 painéis submersos, nomeadamente no sítio de Canada do Inferno.
- O primeiro grupo (Canada do Inferno) encontra-se entre 450 e 800 metros, a montante da barragem projectada, o segundo (Vale de Figueira) a 2,5

² Querol 1995, *op. cit.*

³ Rebanda, Nelson, *Os Trabalhos Arqueológicos e o Complexo de Arte Rupestre do Côa*, Lisboa, IPPAR, s. d. (1995).

Mapa 1. Arte rupestre pré e proto-histórica do Vale do Côa e envolventes (seg. Rebanda, *op. cit.*)



Base cartográfica:
Carta de Portugal, I.G.C.
Escala 1:100.000

● Gravuras de tipologia paleolítica
○ Gravuras de tipologia epipaleolítica

▲ Pinturas do Neolítico
Idade do Bronze
△ Gravuras filiformes da Idade do Ferro

quilómetros, o terceiro (Ribeira dos Piscos/Quinta dos Poios), a 3,5 quilómetros e o quarto (Penascosa/Quinta da Barca) a 6,5 quilómetros.

- O conjunto da arte rupestre paleolítica é, ao momento, o maior que se conhece ao ar livre, o que rompe com a ideia tradicional de uma arte essencialmente *das cavernas*.

Como sintetizou recentemente o Prof. Henry de Lumley, Director do Museu Nacional de História Natural, de Paris:

“Il s’agit, certainement, de très loin, du site d’art rupestre paléolithique le plus important dans le monde, et constitue le patrimoine non seulement du Portugal, mais de l’Europe et du Monde”⁴.

4. OUTRAS VALÊNCIAS A POTENCIAR

Se a razão primeira — e bastante — para justificar a necessidade de criação do PARC é o complexo de arte pré-histórica do Côa, outros elementos existem, no entanto, cuja mais valia pode agora ser devidamente reconhecida e potenciada. Desde a paisagem e o património natural até aos vestígios histórico-arqueológicos de outras épocas e viveres, dos signos desse património mundial que é o Vinho do Porto às águas termais ou ao artesanato, abre-se à descoberta todo o mundo rico e diversificado do Alto Douro, Trás-os-Montes e Beira Trasmontana.

4.1. Paisagem e património natural

Conforme tem sido salientado, um dos valores significativos do Vale do Côa é ainda constituído pela paisagem de grande riqueza e por um conjunto de elementos de grande interesse no domínio natural, que vão desde as características particulares da geologia local até a um quadro muito diversificado que integra aves de rapina, uma significativa fauna piscícola, flora protegida, habitats ribeirinhos e outros elementos que merecem atenção.

A nosso pedido, o Núcleo da Guarda da *Quercus*/Associação Nacional de Conservação da Natureza elaborou um parecer sobre a riqueza ambiental do vale do Côa em relação com a possibilidade de criação de um Parque Natural (Anexo IV). Aí se revela que “o vale do Côa, devido à sua geomorfologia e localização

⁴Cit. em *Folhas de Xisto. Jornal da Escola Secundária Tenente-coronel Adão Carrapatoso de Vila Nova de Foz Côa*, 16, V. N. Foz Côa, Junho 1995, p. 12 (v. texto do autor neste vol.).

geográfica alberga algumas associações florísticas típicas e raras a nível nacional, só por si capazes de constituir fonte de desenvolvimento regional se devidamente exploradas”, salientando-se ainda a presença de espécies faunísticas raras como a lontra, a cegonha negra, a água real, o abutre do egipto, etc.

A *Quercus* considera mesmo que o Parque Natural do Côa deveria ser alargado aos Vales do Douro e do Águeda, tendo em linha de conta, como afirma, a maior valia ambiental destas áreas. Não é da nossa competência pronunciar-nos sobre esta questão que todavia deveria ser analisada em função do anunciado projecto para o Parque do Douro Internacional.

Na verdade, é hoje comumente aceite pelos pré-historiadores que as manifestações artísticas desses tempos recuados não podem ser devidamente apreendidas sem levar em linha de conta a natureza dos suportes e o enquadramento ambiental em que foram realizadas. Deste modo, qualquer projecto de parque arqueológico terá de relever de forma especial os bens naturais autóctones.

4.2. Património histórico e arqueológico (Anexo I)

A região do vale do Côa era já conhecida pela sua riqueza arqueológica muito antes da descoberta do complexo de arte paleolítica, como o demonstram as dezenas de sítios inventariados no Estudo de Impacte Ambiental, da autoria de Francisco Sande Lemos, e os trabalhos publicados ou em curso sob a direcção de vários arqueólogos, como sejam, Adriano Vasco Rodrigues, D. Domingos de Pinho Brandão, António Martinho Baptista, António de Sá Coixão, Gonçalves Guimarães, Susana Oliveira Jorge e outros⁵.

A região é no entanto rica em vestígios patrimoniais de outras épocas. Entre os locais com trabalhos arqueológicos em curso que podem ser atingidos num raio de 30 Km a partir de Vila Nova de Foz Côa (Anexo I) devemos citar, nomeada-

⁵ Podem citar-se, sem preocupação de exaustividade, Rodrigues, Adriano V. (1957), *Prospecções arqueológicas na região de Longroiva*, Coimbra; *Idem* (1976), *Retrospectiva histórica de Marialva, Longroiva e concelho da Meda*, sep. de “Voz de Lamego”, Marialva; *Idem* (1983), *Terras da Meda: natureza e cultura*, Meda; Brandão, D. Domingos P. (1959), “A ara dedicada a Júpiter na Igreja de Vila Nova de Foz Côa”, *Humanitas*, XI; Baptista, António Martinho (1983), “O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa)”, *Arqueologia*, 8, Porto; Coixão, António Sá (1986), “Rumansil, I”, *Informação Arqueológica*, 6, Lisboa, pp. 49-52; Guimarães, Gonçalves e Peixoto, M. Graça (1988), *A Estação arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira - Muxagata, Vila Nova de Foz Côa (Notícia preliminar)*, Vila Nova de Gaia; Jorge, Susana O. (1993), “O povoado do Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da pré-história recente do Norte de Portugal”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXIII (1-2), Porto; Alarcão, J. (1988), *Roman Portugal*, Warminster; a que podemos juntar mais recentemente Almeida, Carlos A. Brochado (1995), “Aspectos da Idade do Ferro e da Romanização na Bacia Inferior do Rio Côa”, *Boletim. Universidade do Porto*, 25, Porto, pp. 26-27.

mente, sítios com ocupação de época romana (Santa Maria de Ervamoira; Torre de Almofala, por ex.) ou o importante povoado calcolítico do Castelo Velho de Freixo de Numão, monumento com mais de 4.000 anos sem paralelo no Norte de Portugal. A distância pouco maior encontram-se as gravuras rupestres de Mazouco (Freixo-de-Espada-à-Cinta)⁶, cujo achado, em 1981, tornar-se-ia profético da riqueza de arte paleolítica que então não se adivinhava na região; podendo ainda, num percurso mais largo (c. de 50 km) visitar-se o importante complexo de Siega Vierde⁷, junto ao rio Águeda, já em Espanha, um conjunto rupestre com cerca de meio milhar de figuras que apresentam bastante homologia com a arte do Côa.

A região do Douro Superior é particularmente rica em **conjuntos urbanos fortificados**, de origem baixo-medieval, os quais permitiram à monarquia emergente organizar o território numa zona fronteira onde o rei exercia ainda um domínio precário. Entrando em decadência a partir do século XVI, altura em que os centros de desenvolvimento se fixam decididamente na faixa litoral, algumas destas vilas vão entrar em processo de abandono (Numão; Ansiães; Marialva) outras, sem pressão demográfica e fraco crescimento urbano, guardarão a estrutura urbana e a ambiência de finais de quinhentos (Castelo Rodrigo; Freixo de Espada-à-Cinta; Torre de Moncorvo, etc.).

A cerca, o castelo, a casa da Câmara, o pelourinho, igrejas e misericórdias, fontanários e as próprias casas de habitação, são hoje testemunhos de uma vivência que antecedeu a introdução da modernidade e, em muitos casos, património edificado de grande valor artístico e histórico (Castelo de Penedono; Igreja Matriz de Vila Nova de Foz Côa; Igreja Matriz de Torre de Moncorvo; Torre de Menagem e Igreja Matriz de Freixo de Espada-à-Cinta, etc.). A implantação que escolheram, situação estratégica, com boa defesa e boa visibilidade, que lhes acentuava o estatuto de centro de um território, confere-lhes uma particular integração no espaço que lhes acrescenta valor paisagístico (Castelo Melhor; Castelo Rodrigo; Marialva; Vila Velha de Santa Cruz). Também os **caminhos históricos** deveriam merecer um programa de aproveitamento e valorização, como aquele que passa junto às gravuras da Penascosa e tantos outros.

⁶ Jorge, Susana O. *et al.* (1981), "Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta)", *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 3-12.

⁷ Balbín Behrmann, R., Alcolea Gonzalez, J. J. & Santonja Gomez, M. (1995), "El yacimiento rupestre paleolítico al aire libre de Siega Vierde (Salamanca, España): una vision de conjunto", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (3), Porto, pp. 73-102.

4.3. Património cultural de outra natureza

Dentro da mesma área englobada num círculo com raio de 30 km e centro em Vila Nova de Foz Côa, que integra localidades de uma dezena de concelhos, apresentamos, no Anexo II, os principais pontos de interesse turístico-cultural desta natureza. O vinho do Porto, com as suas Quintas tão características e a grande riqueza em águas termais, poderão igualmente decerto constituir polos de interesse a potenciar a partir do PARC. Também os Museus existentes na área poderiam beneficiar do incremento turístico a partir do PARC, como é o caso, por exemplo, dos Museus de Vila Flor, Moncorvo ou Pinhel.

Elemento do património cultural que importaria integrar, reanimar e valorizar no âmbito do PARC e do afluxo turístico que este não deixaria de provocar é o artesanato regional, sejam as mantas e colchas de Pereiros ou de Urros, o calçado de couro ou a funilaria de Riodades ou, num espectro mais vasto, a olaria negra tradicional de Felgar ou o importante trabalho da seda em Freixo de Espada-à-Cinta.

4.3.1. Um roteiro vitivinícola

Assim, é possível diversificar interesses remetendo os visitantes para realidades diferentes dos vestígios históricos e arqueológicos. Pela zona demarcada onde se insere o PARC, um roteiro vitivinícola surge de imediato como itinerário a valorizar e como interesse a promover (cfr. Anexo II).

Um trajecto no concelho de Foz Côa poderá tomar a forma de um roteiro ligando uma série de quintas cujo estatuto lhes advém de um passado importante relacionado com a produção de vinho de qualidade. Consequentemente, foram também elas responsáveis pela criação de uma paisagem que caracteriza o vale do Douro, de escarpas surribadas, fortemente humanizadas e de áridos xistos todavia produtores dos melhores vinhos.

É possível desde já enumerar algumas das Quintas que poderiam integrar este roteiro: partindo da Quinta do Vesúvio, acessível pela estação homónima da linha de caminho-de-ferro do Douro, passando pela Quinta do Vale Meão, produtora do Barca Velha, pela Quinta de Ervamoira, uma das mais modernas explorações vitícolas do Douro, e visitando ainda a Quinta de Leda.

Na perspectiva acima enunciada, procurando remeter os interessados e visitantes para pontos de interesse em freguesias circunvizinhas, é possível ainda estabelecer um roteiro mais abrangente, algo que se poderia designar como "Rotas dos Vinhos do Douro Superior". Um itinerário assim delineado, poderia integrar, entre outras, quintas como a Quinta do Silho, junto a Barca de Alva, a Quinta de

Santiago e a Quinta da Batoca (Freixo de Espada-à-Cinta), a Quinta da Foz do Sabor e a Quinta das Larangeiras (Torre de Moncorvo), a Quinta da Senhora da Ribeira, a Quinta de Lobazim e a Quinta dos Canais (Carrazeda de Ansiães) e a Quinta de Vargelas (São João da Pesqueira).

4.3.2. Um roteiro termal

São certamente de valorizar as potencialidades termais da região, que poderão ser devidamente divulgadas nos centros de acolhimento do PARC. Nomeadamente, seria de todo o interesse valorizar, no vale do Côa, as termas de Longroiva. No concelho vizinho da Meda, as termas de Ariola. Em Numão, as termas da Lagarteira, em Carrazeda de Ansiães as termas de S. Lourenço, e em Vila Flor, as termas de Bensaúde. Veja-se o Anexo II para mais informes a este respeito.

5. UM PARQUE, COMO?

O PARC deve abranger toda a área definida como pertencente ao complexo de arte rupestre e deve ter a possibilidade de gerir directamente essa área, por forma a organizar de modo mais conveniente os seus acessos, a delimitação e protecção física da área e os percursos internos que permitam a visita ao complexo, segundo critérios museológicos. Deverá ainda potenciar o enquadramento na área regional envolvente, valorizando todo um quadro polifacetado de recursos naturais, arqueológicos e turísticos, como acima ficou patente.

Terá também de compreender um edifício de **Núcleo central/Museu** propriamente dito, com áreas de trabalho, de arquivo de documentação, de biblioteca, de reservas de materiais e, sobretudo, de exposições e animação sócio-educativa que auxiliem os visitantes a compreender e a ser enriquecidos por aquelas manifestações artísticas. Deverá também essa estrutura servir de Centro de Investigação, dando aos diversos investigadores condições de trabalho e de alojamento. Outros **centros de acolhimento** receberiam os visitantes junto aos principais acessos e núcleos artísticos de maior relevo.

Descriminemos, seguindo conceitos internacionalmente aceites, as características que um Parque Arqueológico deve apresentar⁸:

- ser dotado de uma infra-estrutura apropriada para atendimento ao público visitante;

⁸ Querol, 1993, *op. cit.*

- a área do parque deve estar claramente demarcada e deve possuir uma área de acolhimento central, com:
 - recepção;
 - área de exposição em que se explique o significado e interesse do Parque bem como os trabalhos aí desenvolvidos. Esta área deverá conter a informação suficiente para que, caso não seja possível uma visita ao Parque, as pessoas saiam com uma ideia clara do que ele contém;
 - cafetaria ou área de descanso;
 - serviços;
 - área para conferências;
 - zona de trabalho de laboratório;
 - biblioteca/centro de documentação.
- Deverão ser criados trilhos interpretados ao longo do PARC, da seguinte forma:
 - de duração variável e adequados a diversos tipos de visitantes;
 - claramente identificados nas áreas de acolhimento;
 - que devem constar de folhetos explicativos;
- A conversão em área visitável deverá ser feita em função da maior rentabilidade social possível, podendo citar-se, por exemplo:
 - colaboração com Universidades nacionais e estrangeiras;
 - cursos práticos de investigação;
 - seminários de arqueologia;
 - cursos de museologia aplicada, conservação ou restauro;
 - inter-acção com programas escolares⁹.

Adiante serão descritas a organização e as componentes possíveis das infra-estruturas do PARC, de acordo com estes princípios gerais.

5.1. Delimitação geográfica

A delimitação da área do PARC deverá atender, essencialmente, à área de dispersão dos elementos de arte rupestre, podendo ainda abranger, se se mostrar

⁹ Almagro-Gorbea, M., "Filosofia y concepto de Parque Arqueológico", in *Seminario de Parques Arqueológicos*, Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, Madrid, 1993, pp. 131-144.

oportuno, outras estações arqueológicas ou elementos patrimoniais mais relevantes de área circunvizinha. A unidade estruturante será o vale do Côa e as linhas de água afluentes, podendo a demarcação fazer-se por cotas altimétricas significativas ou seguindo as linhas de cumeadas. O critério principal será o da salvaguarda e valorização da arte rupestre, não sendo determinante a área total abrangida para efeitos de interacção com a região. No Mapa 2 assinala-se, de forma convencional, uma área possível, bem como os principais acessos e centros de acolhimento.

5.2. Modelo de gestão

Para a criação do PARC será necessária uma cuidada planificação, tanto mais que a sua gestão deverá fazer-se de forma integrada. Tratando-se o conjunto patrimonial do Côa de uma área com interesse paisagístico, situada ademais numa região de grande potencial vitícola e até termal, a gestão do parque deve incluir estes como outros aspectos.

Por outro lado, a proximidade da fronteira ditou a existência de um conjunto de antigas vilas muralhadas e fortificações medievais, de grande interesse histórico e patrimonial, cujos planos de ordenamento e valorização ganhariam também em ser articulados com o PARC.

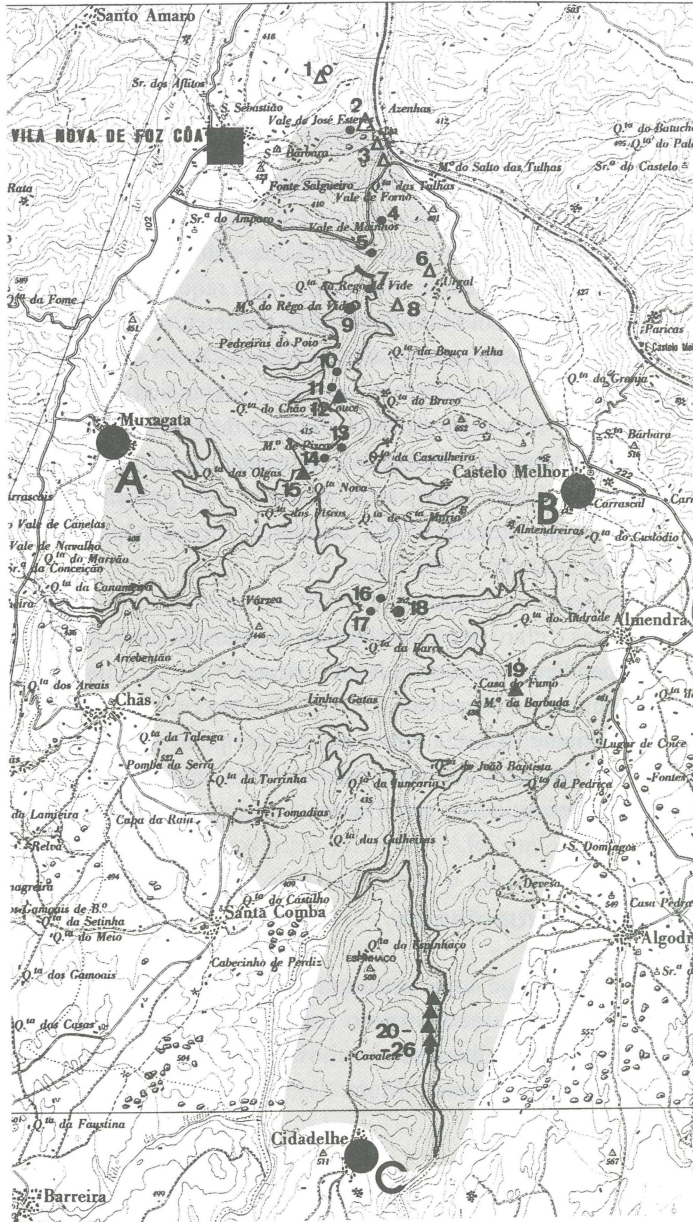
Assim, após definição das formas de organização mais adequadas e dos meios humanos e materiais necessários, é fulcral identificar as necessidades e os vários canais de financiamento (públicos, comunitários) patrocínios, mecenato, doações, exploração de serviços, etc.

É de notar que a gestão do PARC deve implicar também uma adequada coordenação com políticas de turismo, educação, desenvolvimento regional, económicas, etc., podendo desta forma captar investimentos mais significativos do que os directamente canalizados pelos departamentos ligados à cultura, e potenciar a sua incidência na região. Isto pressupõe uma coordenação dos agentes que possam estar directa ou indirectamente implicados, sejam os diversos níveis de administração local e estatal, os diferentes sectores de cada uma destas administrações, as empresas privadas e patrocinadores, as associações culturais e instituições científicas, as empresas e serviços ou outros¹⁰.

Importa, paralelamente, definir os objectivos da investigação e a forma de os coordenar com a protecção do conjunto e sua difusão. É necessário identificar

¹⁰ Ballbé Mallol, X., "Filosofia y concepto de Parque Arqueológico", in *Seminario de Parques Arqueológicos*, Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, Madrid, 1993, pp. 105-121.

Mapa 2. Hipótese de delimitação convencional do PARC



0 2 Km

LEGENDA: ■ Museu/Núcleo Central. ● A, B, C — Centros de Acolhimento. ▨ Área hipotética do parque.

a informação e mensagens que se querará valorizar, eleger os sistemas de difusão, o tipo de serviços de atendimento propostos, etc. Simultaneamente, definir as intervenções a levar a cabo para a protecção e conservação, articuladas com a possibilidade de visita (nem tudo poderá estar pelo menos sempre visitável e o acesso por vezes terá de ser condicionado ou restringido) e as estratégias de manutenção.

Finalmente é necessário desenvolver de forma continuada a promoção e relações públicas dirigidos a populações diferenciadas. A articulação com a população local é um dos elementos que nos parece indispensável para promover a defesa do PARC e a educação para a cidadania cultural devidamente assumida. Independentemente do seu carácter nacional, o que requalificará a região, o PARC não deverá nunca surgir como uma *imposição* alógena, urbana ou que porventura exclua os fozcoenses. Neste sentido, a implementação de sessões de informação, acções educativas e o envolvimento por diversos meios das entidades locais (Autarquias, Escolas, Associações, etc.) é muito desejável. A reserva de um período inicial, após a abertura do PARC, destinado exclusivamente a visitas dos habitantes locais, a emissão de um cartão-residente para proprietários com terrenos na área do parque, ou descontos nos ingressos para a população do concelho poderiam ser oportunidades a encarar.

O enquadramento institucional do PARC/ Museu de Sítio poderá ser feito por vários modelos, mas é claro que o património em questão justifica a criação de uma instituição na dependência directa da Administração Central, seja através do IPPAR (como tantos Monumentos Nacionais), do IPM (como um Museu Nacional) ou do Ministério do Ambiente (o que a dimensão da área pode aconselhar e tem a vantagem de usufruir de um quadro legal já estabelecido), mas o modelo associativo, ou de uma Fundação (permitindo o envolvimento autárquico) é também possível.

5.3. Unidades funcionais

O PARC disporia de uma estrutura tripartida incluindo o Museu/Núcleo Central, diversos polos de acolhimento e acesso ao parque e a área do parque propriamente dita, com os diversos circuitos, núcleos visitáveis de arte pré-histórica e outros pontos de interesse (Mapa 2).

5.3.1. O Museu/Núcleo central

A estrutura base, com capacidade para suportar todas as actividades a desenvolver, deverá incluir:

Área de Trabalho	150 m ²
Área de Reservas	250 m ²
Área de Exposições	800 m ²
Auditório	700 m ²
Biblioteca/Centro de Documentação	100 m ²
Área de Produção e Arquivo de Documentação	200 m ²
Laboratório de Conservação	100 m ²
Alojamentos de Investigadores	200 m ²
Administração	50 m ²
(circulação e infra-estruturas)	10% da área total

Em suma, é necessário um edifício com 2.800 m² cujo custo poderia aproximar-se dos 350.000 contos e cujo projecto, adjudicação e construção poderia decorrer num prazo de 4 anos.

Poderia ser implantado em local próximo do complexo rupestre, aproveitando mesmo acessos e nivelamentos topográficos produzidos pelas obras de construção da barragem, ou então em Vila Nova de Foz Côa, o que poderia contribuir para a dinamização da sede de concelho e, ao mesmo tempo, diminuir a pressão humana sobre o vale do rio (Mapa 2).

— O Museu de Sítio/Centro de Investigação

O Museu/Centro de Investigação deveria funcionar como laboratório-estaleiro de pesquisa na área da arte pré-histórica, promovendo a interacção das mais modernas linhas de investigação a nível mundial. O acolhimento de especialistas estrangeiros, a realização de estágios universitários e campos de trabalho internacional, a realização de seminários ou de congressos periódicos e de acções de formação numa base regular poderiam fazer do PARC um organismo aberto e de ponta para a renovação da arqueologia nacional e para a criação de uma verdadeira *escola* de especialistas portugueses em arte pré-histórica, conservação, protecção e museologia arqueológica.

A componente natural do PARC aconselharia igualmente a instalação de uma unidade de estudo, conservação e educação ambiental, dotada de meios humanos especializados, o que poderia concretizar-se, pelo menos numa fase inicial, através de projectos de colaboração com universidades e associações ambientalistas.

— Equipa de pesquisa e continuação

Uma equipa multidisciplinar alargada teria de permanecer no local, a fim de dar continuidade aos trabalhos de prospecção, investigação, salvaguarda e musealização dos elementos arqueológicos. Essa equipa, que daria continuidade

ao trabalho do PAC/Projecto Arqueológico do Côa, poderia ser organicamente independente do PARC, muito embora houvesse, neste caso, que prever os necessários mecanismos de articulação, distribuição de competências e áreas de reserva funcional e propriedade científica.

O PARC necessitará de um quadro de pessoal mínimo de perto de cinco dezenas de pessoas, que inclua, para além do indispensável sector administrativo, investigadores capazes de assegurar o trabalho continuado necessário, técnicos de conservação que potenciem a salvaguarda do património à sua guarda, técnicos de animação e marketing, pessoal necessário a todas essas tarefas e, claro, o pessoal de guardaria e apoio ao visitante que permitirá o funcionamento do parque.

— Um centro de estudos e documentação

A instalação de uma biblioteca especializada e a edição de uma revista anual e outras publicações criariam condições favoráveis para que ao Côa acessem investigadores e estudantes de pós-graduação interessados por arte rupestre ou noutros elementos do património arqueológico da região coense.

— Um fórum internacional de arte rupestre

Um congresso bienal de arte pré-histórica poderia sediar no Côa um centro mundial de pesquisa neste domínio. Campos de trabalho universitários internacionais dinamizariam o local, para o que poderiam ser estabelecidos protocolos de colaboração com Universidades portuguesas e estrangeiras. Alojamentos seriam disponibilizados para investigadores visitantes ou curtas estadias de cientistas que aí se deslocassem para trabalhar.

— Um pólo cultural e educativo de âmbito nacional

Cursos de Verão, seminários especializados e acções de formação para professores, técnicos de conservação e arqueologia poderiam funcionar no PARC. Um sector de animação educativa seria desde o início fundamental, já que as visitas escolares rapidamente ganhariam grande expressão, podendo esperar-se, com a adequada divulgação e sensibilização e de acordo com paralelos portugueses, uma afluência inicial de cerca de 30.000 estudantes/ano. A produção de materiais pedagógicos e a previsão de circuitos específicos de visita ao parque, a criação de jogos de exploração ou a instalação de uma oficina de introdução às técnicas de gravura pré-histórica seriam possibilidades entre muitas outras que se abrem neste domínio.

Outras iniciativas poderiam concorrer para tornar o PARC um pólo cultural de primeira grandeza para o desenvolvimento do interior: uma bienal de arte moderna, por exemplo, poderia ser uma forma criativa de sublinhar o papel da arte como expressão primeira e fundamental de humanidade.

5.3.2. Centros de acolhimento

Além do Museu de Sítio/Núcleo Central, o PARC poderá dispor de pelo menos 3 outros Centros de Acolhimento, que hipoteticamente sediamos nas localidades de Muxagata, Castelo Melhor e Cidadelhe (Mapa 2).

Estes Centros, para os quais podiam ser adaptadas habitações tradicionais, já que não necessitariam, em princípio, de grandes espaços ou infra-estruturas, estão situados no eixo dos principais acessos e próximo dos núcleos artísticos de momento mais relevantes para visita pública. Teriam a função de acolher os visitantes, fornecer informação elementar sobre o PARC e encaminhá-los para circuitos específicos ou para o Núcleo Central, conforme os casos, tendo em conta os interesses do público e a conveniência de equilibrar ou reduzir a pressão antrópica sobre áreas particularmente sensíveis.

5.3.3. O parque

Além dos condicionamentos habituais, indispensáveis à preservação do ambiente e dos vestígios arqueológicos, a área do PARC deveria ser ordenada em função dos elementos de interesse patrimonial de diferente natureza, estabelecendo-se percursos internos que permitam a fruição e compreensão dos bens proporcionados.

As áreas com interesse arqueológico deverão ser devidamente sinalizadas e eventualmente vedadas ou delimitadas pela forma mais conveniente¹¹. Os acessos e trilhos serão estudados articulando as condições geomorfológicas locais com o estado de conservação dos bens patrimoniais e os percursos museologicamente preferíveis, tendo em conta a necessidade de controlar o afluxo de visitantes, diminuir os riscos de degradação ambiental e assegurar a protecção dos vestígios arqueológicos.

As visitas poderão ser efectuadas através de grupos com guia ou liberalizar-se a circulação providenciando-se a permanência de guardas, a existência de controle por câmaras de filmar ou outros meios oportunos. Uma dificuldade que haverá que encarar será a do equilíbrio entre a efectiva protecção das gravuras e a instalação de esquemas de segurança "leves", sem o aparato "policial" que porventura iniba os visitantes. Talvez a criação de um Grupo juvenil de "Amigos das Gravuras" ou algo similar, associado às escolas locais, numa base voluntária,

¹¹ Não é pacífica entre os especialistas a vantagem de colocar vedações convencionais sobre outras formas de sinalização ou delimitação, mas trata-se de uma questão que não importa por agora ao nosso propósito.

possa criar um corpo de guias-guardas mais informal e simultaneamente aumentar a consciencialização para a defesa dos vestígios arqueológicos.

6. DADOS ESTRUTURAIS

6.1. Recursos humanos permanentes

O quadro de pessoal do PARC poderia contar com um efectivo entre 45 e 50 pessoas, distribuído entre Técnicos Superiores e de Conservação (4-5 pessoas), Técnicos Auxiliares de Arqueologia/Museologia (4-5 pessoas), Operários de manutenção (5-6 pessoas), Guardas/Guias (25-30 pessoas), Administrativos/Auxiliares de Limpeza (8-9 pessoas).

Este quadro de recursos humanos e infra-estruturas permite, em princípio, acolher um tecto anual de visitantes na ordem das 100.000 pessoas, sendo portanto bastante para as necessidades imediatas do PARC.

6.2. Custos de instalação e manutenção

De acordo com os dados apresentados, podemos ensaiar uma estimativa dos custos de instalação e manutenção, a preços actuais, do seguinte modo:

Custos mínimos de instalação

Projectos e estudos prévios	50.000 contos
Construção do Museu/Núcleo Central	350.000 contos
Adaptação de Centros de Acolhimento	60.000 contos
Aquisição de terrenos	250.000 contos
Equipamento	200.000 contos
Acessos e arranjos exteriores	60.000 contos
Musealização/preparação de circuitos	100.000 contos

Custos mínimos anuais de manutenção

Encargos com pessoal do quadro	70.000 contos
Outros encargos de funcionamento	10.000 contos
Encargos com manutenção do parque	20.000 contos
Publicidade e divulgação	20.000 contos

De onde resulta que com pouco mais de um milhão de contos de instalação e cerca de 120.000 contos/ano poderia ser posto em funcionamento o PARC.

6.3. Financiamentos

A estimativa das receitas e financiamentos possíveis para um investimento desta natureza resulta difícil, porquanto depende em grande parte do *tipo* de estrutura a implantar e sobretudo da *dinâmica* da sua instalação e gestão, bem como do *empenhamento cultural e político* que a Administração Central e Local colocarem no projecto.

Num primeiro nível dever-se-ão considerar as receitas geradas directamente pelo próprio PARC, quer no que se refere à venda de ingressos, quer no que toca à distribuição de materiais de promoção e informação, concessão de espaços comerciais, organização de acções de formação, rentabilização de alojamentos para investigadores e visitantes particulares, etc., capítulos que poderiam gerar verbas bastante significativas.

Ainda à escala local, poderia considerar-se o envolvimento das Autarquias ou a captação de financiamentos por via de acções mecenáticas. Alguns contactos exploratórios sugeriram mesmo a possibilidade de alguns investidores privados poderem compartilhar significativamente os custos de musealização de estruturas arqueológicas existentes nas suas propriedades.

O Governo, por sua vez, teria de considerar o PARC como um projecto prioritário no âmbito da sua política cultural, nas vertentes museológica, educativa, ambiental, etc. Na realidade, pelas suas próprias características, já devidamente explanadas, o PARC teria condições para justificar o envolvimento de vários sectores governamentais, designadamente os da Cultura, da Educação, do Ambiente e do Turismo.

Finalmente, haveria que deitar mão de todo um conjunto de instrumentos de financiamento comunitário hoje disponíveis e que adiante se descriminam, sem excluir o recurso a outras fontes, como seja a celebração de protocolos de colaboração com Universidades e Centros de Investigação estrangeiros, o recurso a formas de *sponsoring* por parte de grandes empresas internacionais, a promoção internacional de logotipos e imagens características, etc.

6.3.1. Financiamentos comunitários

A excelência do património arqueológico do Vale do Côa e as actividades relacionadas com a criação e funcionamento de um Parque Arqueológico, estreitamente ligadas com a formação, educação, cultura e turismo, justificam e propiciam a candidatura a financiamentos comunitários. Sem que as esgotemos, enunciaremos algumas das hipóteses de financiamento que cobrem efectivamente todas as áreas, da investigação à instalação de um Parque, sua gestão e animação.

O capítulo da criação de infra-estruturas, quer se trate de construções de raíz, quer de recuperações ou adaptações — sem que no entanto aqui se inclua a aquisição de terrenos ou imóveis — pode encontrar financiamento no **ProNorte**: no Sub-Programa A, caso se trate de investimento municipal, no Sub-Programa B se se tratar de investimento supra-municipal.

Através do **Sub-Programa C** do mesmo **ProNorte**, poderiam ser canalizados financiamentos para acções a desenvolver no PARC, relacionadas genericamente com o turismo natural e cultural e com a preservação do património. (Trata-se neste caso essencialmente de acções a jusante da parte infra-estrutural do projecto, embora possam ser financiadas ainda na fase de lançamento e promoção uma vez assegurada a viabilidade do projecto e a sua robustez institucional).

Encontrar-se-iam assim contempladas pelo Sub-Programa C todo um conjunto de acções que constituem a essência da criação e funcionamento do próprio PARC. Passando a citar a brochura que dá conta do ProNorte, Sub-Programa C, poderiam candidatar-se acções de animação cultural potenciando

- o “aproveitamento de equipamentos e espaços existentes incluindo-se a sua recuperação”;
- a “ligação entre as actividades artísticas e a investigação científica e o apoio a actividades lectivas e ocupação dos tempos livres”;
- “percursos turísticos, sinalização e informação turística”;
- “acções de sensibilização para protecção ambiental”;
- “roteiros culturais (rotas da seda, do vinho... recuperação de caminhos com interesse histórico)”.

Da mesma forma se poderiam contemplar

- a “recuperação de património edificado”;
- “a criação e valorização de zonas de lazer”;
- a criação e valorização de pequenos museus locais”;
- a própria “protecção e valorização de sítios arqueológicos”.

O Programa de Desenvolvimento do Douro (**ProDouro**) prevê igualmente a possibilidade de financiamento de acções no domínio da cultura e do turismo, designadamente o “apoio à construção e valorização de infra-estruturas polivalentes e de pequenos museus e bibliotecas locais” e o apoio à “realização de iniciativas de animação e promoção turística” (Resolução do Conselho de Ministros, nº 32/95 de 7 de Abril).

O carácter excepcional do património arqueológico do Vale do Côa, que o enquadra claramente no conceito de “local de memória” de carácter “emblemático a nível europeu ou até mundial” e que confere ao projecto de investigação da arte paleolítica a forma de “laboratório europeu do património”, colocam-no na esfera

do Programa **Rafael**. Não será muito arriscado avançar a ideia de que o Vale do Côa aparece claramente como um dos sítios conhecidos melhor posicionados actualmente para justificar este financiamento.

O **Rafael**, programa de acção comunitária específica no domínio do património cultural contempla, para este património de cariz excepcional, financiamentos que cobrem desde a identificação e inventariação, à conservação e restauro, bem como a gestão, valorização, divulgação, etc.

6.4. Acessibilidades e infra-estruturas

De momento, o quadro de acessibilidades viárias da região fozcoense não se encontra ainda devidamente implementado e desenvolvido. Encontra-se em construção, todavia, o IP2, entre Celorico da Beira e Bragança, que através da ligação ao IP4 e ao IP5 permitirá relacionar com alguma facilidade a área com o litoral. Naturalmente que a instituição do PARC teria de suscitar, a curto prazo a construção ou melhoramento dos acessos locais, e a médio prazo a consideração de eixos viários de superior dimensão. Todavia, o modelo de turismo cultural que está em vista não requer, necessariamente, infra-estruturas de grande capacidade ou auto-estradas rápidas: uma parte significativa do turismo qualificado que procuraria o Côa prefere provavelmente demorar mais um par de horas de viagem e poder usufruir, em condições de relativo conforto, de percursos mais variados e estimulantes, por boas estradas nacionais. Por outro lado, importaria considerar as possibilidades de acesso fluvial através do Douro e a dinamização turística da linha ferroviária deste rio.

No Anexo III apresenta-se uma listagem, por certo não exaustiva, de unidades hoteleiras (restaurantes, residenciais, turismo de habitação) disponíveis no Concelho de Vila Nova de Foz Côa e nos municípios circunvizinhos. Sendo esta uma das áreas de serviços particularmente sensível à variação dos fluxos turísticos, não deixaria também este sector de ser fortemente dinamizado com a criação do PARC.

6.5. Divulgação

A criação de uma estrutura permanente que permita suportar pedagogicamente o funcionamento do PARC, divulgar a sua existência e importância e potenciar o seu impacto socio-económico revela-se de grande necessidade, devendo ser dotada de uma equipa *full-time* de pessoal, científica e pedagogicamente qualificado.

Público escolar e agentes turísticos são os dois principais campos de actuação que urge abranger. O maior impacto cultural que o PARC poderá ter, a nível nacional, será provavelmente entre o público escolar (as reacções são já bem visíveis), enquanto a actuação entre agentes turísticos ligados ao turismo cultural e de qualidade terá certamente (vista a divulgação internacional que o Côa já teve) grande sucesso, desde que suportados localmente por estruturas específicas.

Como qualquer produto cultural de grande dimensão uma campanha publicitária de lançamento do PARC seria indispensável, concorrendo posteriormente para este efeito todas as realizações que ocorressem naquele espaço, como atrás se sugere.

7. IMPACTO SOCIO-ECONÓMICO REGIONAL E NACIONAL

Os Parques Arqueológicos permitem, pela organização e actividades que implicam, a possibilidade de criar “ocupação estável qualificada e não qualificada ao nível da investigação, manutenção, difusão, serviços complementares, gestão, vigilância, etc.”¹², sendo que se pode concluir que “a ratio emprego/escudos investidos, no sector do património cultural é das mais altas relativamente ao conjunto dos investimentos que realiza a administração”, visto que gera muita ocupação qualificada¹³.

Por outro lado, a partir de uma adequada planificação da oferta turística, o nível de gasto e ocupação gerados não reverterão apenas no PARC, mas no conjunto da região onde ele se situa¹⁴. No entanto, a ideia de rentabilizar um património dado, é certamente mal interpretada se for pensada estritamente em termos monetários. Se a rentabilização pode ser entendida em termos financeiros, é-o simultaneamente — e sem que caiba aqui discutirmos se um dos níveis é mais relevante — em termos socio-económicos e culturais, níveis que não são da mesma

¹² Citando a título de exemplo de criação directa de postos de trabalho, o **Ironbridge Gorge Museum**, em Inglaterra, atraía anualmente, no final da década de 80, mais de um milhão de visitantes. Este fluxo de visitas permitia auto-financiar uma estrutura de 450 trabalhadores.

¹³ Ballbé Mallol, Xavier, “Financiación y Gestión Integrada de un Parque Arqueológico”, *Seminario de Parques Arqueológicos*, Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, Madrid, 1993, pp. 105-121.

¹⁴ Referindo como exemplo o caso de York, em Inglaterra, o estudo económico suscitado pelo **Jorvik Viking Centre**, fundado em 1984, demonstra que no final da década de 80 o movimento anual de cerca de 600 mil contos que o próprio centro gerava, supunha um “efeito multiplicador à escala local de movimento 7,14”, o que representava uma actividade económica de c. de 4 milhões e 284 mil contos “produzido pelo movimento de visitantes atraídos exclusivamente por esta nova oferta cultural” (Ballbé Mallol, X. op. cit.). As visitas eram então na ordem dos 900 mil visitantes/ano (Garcia Blanco, A. e Caballero Zoreda, L., “La comunicación del Parque Arqueológico”, *Jornadas Internacionales de Arqueología de Intervención*, Bilbao, 1992, pp. 374-409).

forma mensuráveis. É a partir do equilíbrio entre “estes três objectivos que se deve basear um modelo correcto de gestão do património cultural”. E o PARC, podendo constituir local privilegiado para outras manifestações de índole artística e cultural, pode vir a “servir de eixo para a vertebração de políticas culturais” para um território mais amplo, que extravasa as fronteiras do concelho. O desenvolvimento de uma dada forma de turismo cultural, centrada no Parque Arqueológico, “baseada no conhecimento integral da região a partir dos seus recursos culturais, naturais e humanos”, dará uma função ao PARC como instrumento de difusão cultural para sectores mais amplos da população”¹⁵.

Nesse sentido, deve-se procurar desenvolver as potencialidades educativas, científicas, divulgativas e de criação cultural, a par das potencialidades reais de gerar emprego directo e indirecto, potenciando no conjunto a incidência que o PARC poderá ter sobre o desenvolvimento local e regional e procurar, finalmente, a rentabilização dos investimentos, a redução dos custos, a diversificação e multiplicação dos ingressos¹⁶.

Do impacto económico que o achado das gravuras está já a causar em Vila Nova de Foz Côa, mesmo sem quaisquer esforço de acolhimento ou propaganda, poderá inquirir-se naquela Vila: nos cafés e restaurantes, nas pensões e residenciais, na adega cooperativa que em poucos meses esgotou stocks à custa do *Rupestre*, do *Paleolítico* ou do *Arte do Côa!*... O quadro de potencialidades que aqui quisemos recordar permite traçar, num quadro geográfico mais amplo, um cenário que nos parece optimista, desde que, naturalmente, o afluxo turístico e a procura de serviços encontrem resposta adequada dos investidores locais ou que para a região afluam. Os incentivos do Estado poderiam jogar aqui um papel de relevo, ao mesmo tempo que toda a previsível dinamização dos equipamentos culturais e bens patrimoniais constituiria uma oportunidade histórica para a sua valorização.

8. UM PROJECTO NACIONAL DIGNIFICANTE; UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALTERNATIVO

Desta forma se daria corpo, em nosso entender, a um projecto cultural de expressão nacional capaz de projectar Portugal na Europa e no Mundo. O processo de classificação do complexo rupestre como Património Mundial deveria ser proposto à UNESCO logo que o PARC fosse implantado, consagrando internacionalmente o que perante os especialistas não oferece já qualquer dúvida: o valor único e insubstituível que representam as encostas do Côa para a decifração das

¹⁵ Ballbé Mallol, X., *op. cit.*

¹⁶ *Idem.*

origens e do desenvolvimento da humanidade *sapiens sapiens*.

Um parque cultural, arqueológico e natural no Côa dotará o nosso País de um equipamento de nível europeu, potenciando o desenvolvimento de uma região deprimida e ajudando a fixar população num interior em crescente processo de desertificação, como os censos da terra fozcoense cruamente atestam.

Do que se fizer no Côa julgarão os presentes e os vindouros. Travar uma barragem que acumulou já investimentos significativos e que, admitimos, teria um papel de relevo nas nossas políticas hídrica e energética, não é nem nunca será uma decisão fácil e consensual. Mas importa que um acto de coragem concretize o que é imperioso e o que o mundo culto e civilizado espera de nós: salvar a arte paleolítica do Côa no respeito pelo enquadramento natural que 20.000 anos não conseguiram desfigurar; salvar o Côa das grilhetas do betão e libertar aos olhos dos europeus e dos cidadãos de todo o mundo os animais, os signos e os rostos que mãos pacientes e espíritos enlevados arquivaram nos xistos coenses.

ANEXO I

**Principal Património Histórico-Arqueológico localizado
numa área de 30 Km de raio com centro em
Vila Nova de Foz Côa**

Concelho de Vila Nova de Foz Côa

1. Vila Nova de Foz Côa

Vila fortificada medieval.

O núcleo urbano primitivo localiza-se sobre uma pequena elevação percebendo-se ainda o traçado da cerca ovalada e a organização urbana de malha ortogonal no seu interior, característica da vila nova baixo-medieval. A forte expansão que conheceu na época moderna ficou marcada nas construções da área urbana que se desenvolveu no exterior da antiga cerca destacando-se aí o Largo da Igreja matriz quinhentista, do pelourinho e da Casa da Câmara.

2. Castelo Melhor

Vila fortificada medieval.

Povoação dominada pelo morro do castelo onde existe uma cerca circular com torres adossadas e uma porta em arco quebrado.

3. Almendra

Vila medieval não fortificada.

O núcleo urbano primitivo organiza-se em volta da Praça do Concelho onde existe o pelourinho e a antiga Casa da Câmara. A Igreja Matriz e a Igreja da Misericórdia são do séc. XVI (1565 e 1571, respectivamente). O Solar dos Condes de Banho é uma imponente construção barroca do séc. XVIII (1743).

4. Muxagata

Vila fortificada medieval.

Sobre uma pequena elevação designada por Castelo, conserva o núcleo urbano primitivo, no sopé do qual se localiza o Largo da Igreja matriz do séc. XVI, do pelourinho e da antiga casa da Câmara. Tem várias casas com cantarias quinhentistas e o Solar das Donas-Botto, construção do séc. XVIII.

5. Quinta da Ervamoira

Povoado com ocupação romana e alti-medieval.

Identificado e caracterizado através de várias campanhas de intervenção arqueológica realizadas sob a responsabilidade de Gonçalves Guimarães da Casa de Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

6. Castelo Velho

Pequeno povoado fortificado da pré-história recente (Calcolítico e Bronze).

É o único povoado fortificado conhecido no Norte de Portugal com uma cronologia tão recuada tendo sido objecto de várias campanhas arqueológicas sob a responsabilidade de Susana Oliveira Jorge da Universidade do Porto.

7. Numão*Vila fortificada medieval abandonada.*

Conserva a cerca amuralhada com diversas portas e torres adossadas. No seu interior observam-se as ruínas da igreja de Santa Maria, de construção românica, bem como de toda a densa malha urbana antiga organizando-se ao longo das ruas, escadas e largos. No exterior tem as ruínas de uma segunda igreja, S. Pedro, rodeada por uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha. O primitivo arrabalde, por onde se faz a ligação à aldeia actual, mostra diversas casas com cantarias quinhentistas.

8. Freixo de Numão*Aldeia do antigo termo da vila de Numão e a nova sede do concelho medieval a partir do séc. XVIII.*

O núcleo principal organiza-se em volta do Largo da Igreja matriz onde se situa também o pelourinho e a antiga Casa da Câmara, ambos de construção setecentista. Na Rua Direita, que faz a ligação ao Largo da Feira, localiza-se a Casa Grande, solar construído em 1783, sob o qual foi identificado um conjunto de construções de época romana objecto de intervenção arqueológica sob a responsabilidade de Sá Coixão da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

9. Cedovim*Vila fortificada medieval.*

No topo de uma pequena elevação é ainda perceptível o traçado da cerca ovalada e a organização urbana de malha ortogonal no seu interior, característica de uma vila nova baixo-medieval, no centro da qual se localiza um largo rectangular com a antiga casa da Câmara e o pelourinho. No sopé do monte, situa-se a igreja matriz de S. João Baptista e o solar barroco dos Teixeira de Aguiar.

Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo**10. Castelo Rodrigo***Vila Fortificada medieval.*

Domina do alto de um monte as terras baixas onde se implanta a nova vila, Figueira de Castelo Rodrigo. Conserva-se ainda completamente no interior da cerca reforçada por numerosas torres circulares adossadas. Tem castelo, transformado no sécs. XVI e XVII em palácio pelo senhor da vila D. Cristovão de Moura.

11. Mosteiro de Santa Maria de Aguiar*Mosteiro cisterciense.*

Um dos primeiros estabelecimentos da Ordem de Cister em território português. Conserva-se a igreja de construção gótica, a sala do capítulo e os dormitórios.

12. Torre de Almofala*Ruínas de uma torre dos sécs. XVI e XVII que aproveitou parte do podium de um templo romano de planta rectangular.*

Implanta-se no topo de uma elevação onde existem numerosos vestígios de um povoado com origem na época romana e que surge referenciado na época medieval e moderna como a Vila da Torre dos Frades. É provavelmente a localização primitiva do

Mosteiro de Santa Maria de Aguiar antes da reforma cisterciense. Foi objecto de várias campanhas arqueológicas dirigidas por Helena Frade do IPPAR da Zona Centro.

13. Monforte

Vila fortificada medieval abandonada.

Tem castelo com cerca e várias torres, igreja e numerosos vestígios de casas. Implantada-se sobre um povoado fortificado proto-histórico. Na mesma elevação existe a Capela de Nossa Senhora de Monforte.

Concelho de Meda

14. Marialva

Vila fortificada medieval semi-abandonada.

No interior da cerca destaca-se a Praça, dominada pela antiga Casa da Câmara e pelo pelourinho, o castelo e a igreja de Santiago. No arrabalde ainda parcialmente habitado, onde se localiza a igreja de S. Pedro, muitas das casas mostram cantarias do séc. XVI. No sopé do monte situa-se a aldeia da Devesa gradualmente ocupada pela população que abandonou a vila fortificada e onde surgem numerosos vestígios de ocupação romana, nomeadamente uma inscrição que permite aqui localizar a Civitas dos Aravi.

15. Longroiva

Vila fortificada medieval.

Conserva o castelo com a torre de menagem mandada contruir em 1176 por D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem do Templo. Tem junto a igreja matriz e a Capela de Nossa Senhora do Torrão, a qual se implanta sobre uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha.

16. Meda

Vila fortificada medieval.

O morro granítico do antigo castelo domina o pequeno núcleo da primitiva vila que se organiza em volta do Largo da igreja matriz quinhentista e do pelourinho. Os eixos de saída ficaram marcados pela forte expansão na época moderna mostrando diversas casas dos séculos XVI, XVII e XVIII.

17. Ranhados

Vila fortificada medieval.

O núcleo urbano primitivo rodeia um dos lados de um morro granítico onde se localiza o antigo castelo cujos muros com torres adossadas foram reaproveitados no séc. XIX para instalar o cemitério paroquial. No meio do casario, destaca-se o Largo da igreja matriz quinhentista onde também se situa o pelourinho e a antiga casa da Câmara.

Concelho de Penedono

18. Penedono

Vila fortificada medieval.

Dominada pelo morro do castelo onde em finais do séc. XV foi construído um paço

acastelado do gótico final. No largo junto da porta do castelo localiza-se o pelourinho e a casa da Câmara (séc. XVIII). Das três igrejas medievais permanecem a matriz de S. Pedro, profundamente remodelada nos sécs. XVII e XVIII, e a capela-mor da de S. Salvador. A Casa dos Freixos, solar construído no séc. XVII, corresponde às moradas dos Coutinhos, senhores donatários da vila.

Concelho de S. João da Pesqueira

19. S. João da Pesqueira

Vila fortificada medieval.

O núcleo antigo ocupa uma plataforma quadrada que era rodeada pelo muro da cerca do qual se conserva uma porta gótica. No largo situado no exterior desta localizam-se os edifícios barrocos da antiga casa da Câmara e da igreja da Misericórdia. Na rua Direita observam-se numerosas fachadas quinhentista e seiscentistas. Conservam-se duas das três igrejas medievais, a de S. João e a de S. Tiago. No arrabalde, localiza-se a Casa do Cabo, solar barroco da 2ª metade do séc. XVIII e numa elevação já sobre o Douro, implanta-se o Santuário de S. Salvador do Mundo.

Concelho de Carrazeda de Ansiães

20. Ansiães

Vila fortificada medieval abandonada.

Possui duas cercas no interior das quais as ruínas das construções distribuídas ao longo das ruas permitem reconhecer a organização urbana primitiva. Tem duas igrejas de fábrica românica.

Concelho de Vila Flor

21. Vila Flor

Vila fortificada medieval.

Da cerca primitiva conserva-se uma porta gótica protegida por uma torre troncocónica de alvenaria. A igreja matriz, construção monumental barroca, domina o pequeno cabeço onde se implantou o núcleo primitivo da vila. Junto localiza-se o pelourinho e a antiga casa da Câmara, sede actual do Museu Municipal. No arrabalde de época Moderna observam-se vários solares do séc. XVIII e uma fonte quinhentista com uma abóbada sustentada por colunata de granito.

Concelho de Torre de Moncorvo

22. Torre de Moncorvo

Vila fortificada medieval.

Entre o casario destaca-se a Igreja matriz, imponente construção iniciada em meados do séc. XVI. Do núcleo medieval fortificado conservam-se ainda troços da cerca com torres adossadas, uma das portas e as ruínas do antigo castelo postas a descoberto por uma intervenção arqueológica da responsabilidade de Nelson Rebanda do IPPAR. No interior daquele espaço tem destaque a igreja e casa da Misericórdia. Nos arrabaldes de época Moderna existem vários solares construídos nos séculos XVII e XVIII. Encontra-se em instalação o Museu Municipal que recolheu o fundo do extinto Museu do Ferro.

23. Adeganha

Igreja de construção românica e gótica.

Igreja paroquial de S. Tiago Maior de uma só nave e de estrutura geral românica. É profusamente decorada com esculturas em granito representando figuras grotescas e animais. O portal principal é de arco quebrado.

24. Vila Velha da Santa Cruz da Vilariça

Vila fortificada medieval abandonada.

Abandonada na passagem do século XIII para o XIV, implantava-se na coroa de uma colina que, não apresentando uma cota muito elevada, destaca-se na paisagem dominando o amplo Vale da Vilariça. Uma cerca amuralhada de alvenaria de xisto circuitava a coroa da colina existindo uma única entrada a NO ladeada por duas torres tronco-cónicas maciças. No espaço delimitado pela cerca são visíveis vestígios de casas e arruamentos observando-se no topo da colina as ruínas da igreja com um pequeno adro e neste uma torre arruinada. Foi objecto de várias campanhas de intervenção arqueológica da responsabilidade de Nelson Rebanda do IPPAR.

25. S. Mamede no Baldoeiro

Povoado medieval fortificado abandonado.

Os vestígios do povoado organizam-se em três zonas: castelo roqueiro, zona habitacional, igreja e necrópole. O castelo roqueiro, implantado no alto de um grande penedo granítico dominando o Vale da Vilariça, integra uma torre quadrangular de 8 m de lado assinalada apenas por encaixes na rocha. Junto do grande penedo do castelo roqueiro localizam-se abundantes vestígios das habitações. A cota um pouco mais baixa na encosta situam-se as ruínas da igreja de S. Mamede, onde se reconhecem três grandes momentos de construção, um dos quais com programa românico. Numerosas sepulturas, total ou parcialmente escavadas na rocha, localizam-se em volta da igreja. A igreja e a torre foram objecto de várias intervenções arqueológicas da responsabilidade de uma equipa do Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo (PARM).

26. Mós

Vila fortificada medieval.

Conserva vestígios de uma pequena cerca de contorno ovalado construída em alvenaria de xisto. No exterior da desaparecida porta principal desenvolveu-se um largo onde se observa a antiga casa da Câmara. No lado oposto localiza-se a igreja de Santa Maria. Conserva uma fonte de mergulho.

Concelho de Freixo-de-Espada-à-Cinta

27. Freixo de Espada-à-Cinta

Vila fortificada medieval.

Conserva grande parte da cerca do antigo castelo bem como uma das suas torres de planta hexagonal. Num largo situado junto do castelo localiza-se a igreja matriz quinhentista, a igreja de Misericórdia e a antiga casa da Câmara restaurada. Ao longo das ruas que se desenvolvem a partir deste largo, observam-se muitas casas que exibem cantarias do séc. XVI nas portas e janelas. Numa elevação, já na periferia, localizam-se as ruínas do antigo convento da Congregação do Oratório de S. Filipe de Néri, fundado em 1673.

Mapa 3.

ANEXO II

Trajectos vitivinícolas e trajectos termais

Ainda que não se esboce pormenorizadamente a forma de um ou vários itinerários vitivinícolas possíveis, cujo desenho seria necessariamente precoce — os proprietários das quintas, como parte interessada, terão de participar na concepção do roteiro e na sua viabilização — é possível desde já ensaiar uma enumeração das quintas que deveriam integrar um trajecto temático ligado à produção vitivinícola da área.

Quinta do Vesúvio

Por vezes surge designada pelo antigo nome de Quinta da Figueira. Como grande exploração vitícola, surge após 1820, época em que é adquirida pelo comerciante de vinhos da Régua, António Bernardo Ferreira. Tio e sogro de D. Antónia Adelaide Ferreira, será ela quem, após 1835, irá assumir a direcção da quinta e estender a plantação iniciada pelo sogro. Esta quinta, que confina com o rio Douro e é servida pela estação de caminho-de-ferro de Vesúvio (linha do Douro), tem também como pólos de interesse a visitar a casa e as instalações vinícolas que remontam à centúria de oitocentos.

Quinta do Vale Meão

Quinta fundada no final do século XIX, por D. Antónia Adelaide Ferreira que adquiriu para o efeito parte substancial (cerca de 600 hectares) dos baldios de Foz Côa, baldios que se estendiam por todo o Monte Meão. As plantações, que chegaram a empregar cerca de mil trabalhadores diários, só pararam com a morte da proprietária em 1896. A Quinta do Vale Meão é hoje célebre pela produção do melhor vinho de mesa português, o “Barca Velha” produzido desde 1953 segundo o processo estabelecido por Nicolau de Almeida. Esta quinta mantém actualmente, em muitos aspectos, a ambiência de exploração vitícola finissecular.

Quinta de Ervamoira

Antiga propriedade cerealífera, com excelente localização, foi adquirida em 1974 pela empresa Ramos-Pinto que a transformou numa das mais modernas explorações vitícolas do Douro, produzindo vinho do Porto de primeira qualidade. Grande parte da quinta, entretanto adquirida por outros proprietários de nacionalidade francesa, possui terrenos não adaptados à viticultura, que integram uma extensa reserva de caça. Não possuindo estruturas de vinificação, os vinhos são produzidos na Quinta de Bons Ares.

Quinta de Leda

O trajecto incluiria ainda a quinta de Leda, com cerca de cinquenta e cinco hectares, trinta e sete dos quais foram plantados de vinha pela Casa Ferreira, no ano de 1979.

Remetendo os interessados e visitantes para pontos de interesse em freguesias e concelhos próximos, é possível estabelecer um roteiro mais abrangente, algo que se poderia designar como “Rotas dos Vinhos do Douro Superior”. No caminho destas rotas se situam muitas Quintas durienses, como sejam:

Quinta do Silho, junto a Barca de Alva, quinta fundada na segunda década do século passado.

Quinta de Santiago, em Freixo de Espada-à-Cinta, quinta que pertenceu ao comandante Sarmento Rodrigues. Constituiu, no final do século XIX, uma exploração modelo onde, para além da viticultura, dos extensos amendoais e olivais, se fizeram interessantes experiências, desde a pecuária, possuindo uma moderna leitaria e manteigaria, até à tentativa, embora gorada, de introdução do cultivo de café.

Quinta da Batoca, em Ligares, Freixo de Espada-à-Cinta. Pertenceu ao poeta Guerra Junqueiro.

Outras Quintas deveriam constar deste itinerário:

a **Quinta da Foz do Sabor**, e a **Quinta das Laranjeiras**, ambas em Torre de Moncorvo;

a **Quinta da Senhora da Ribeira**, a **Quinta de Lobazim** e a **Quinta dos Canais**, todas em Carrazeda de Ansiães;

e, finalmente, a **Quinta de Vargelas**, em São João da Pesqueira.

ROTEIROS TERMAIS

No Vale do Côa e, de forma mais abrangente, no conjunto do Douro Superior, várias águas termais são de valorizar e poderiam encontrar no PARC, onde se daria conta da sua história e propriedades medicinais, o seu centro de promoção.

Vale do Côa:

Termas de Longroiva – águas sulfúreas (sulfatadas magnesianas). Com edifício termal datado da segunda metade da centúria de oitocentos, restaurado na década de oitenta do nosso século, encontram-se actualmente em funcionamento. As suas propriedades curativas estendem-se às doenças de fígado, baço, ao reumatismo e dispepsia. Já utilizadas na época romana, tiveram grande afluência entre finais do século XIX e os anos quarenta do século XX.

Termas de Ariola (concelho da Meda, vale da Ribeira da Teja, junto a Outeiro de Gatos) – águas sulfúreas sódicas.

Foram exploradas no período romano. Propriedades curativas: reumatismo e dermatoses.

Existem ainda as termas da **Lagarteira**, junto a Numão.

Considerando uma área mais vasta, para Norte do Douro:

Termas de São Lourenço (Freguesia de Pombal, Carrazeda de Ansiães) – águas sulfúreas sódicas, a 33°.

Estas termas, apesar de não se encontrarem em boas condições de acolhimento, recebiam ainda há poucos anos cerca de cinco mil termalistas. As suas propriedades curativas cobrem doenças de pele, reumatismo e doenças do aparelho digestivo.

Águas de Bensaúde (Freguesia de Sampaio, concelho de Vila Flor) – águas férreas, bicarbonatadas sódicas, gasosas naturais.

Estas termas eram conhecidas e exploradas, tal como outras fontes na Vilarça, desde a época romana. As suas águas eram aproveitadas para engarrafamento já no fim da centúria de oitocentos. Foram recentemente objecto de investimentos de uma empresa que as relançou no mercado. Propriedades medicinais: anemias, doenças gástricas e doenças de pele.

Estabelecimentos hoteleiros na área de Vila Nova de Foz Côa e concelhos próximos

Tipo	Concelho	Freguesia	Nome	Morada
R	Carrizada de Ansiães	Carrizada de Ansiães	Restaurante Avenida	Rua Luís de Camões
R	Carrizada de Ansiães	Carrizada de Ansiães	Restaurante Churrasqueira Veiga	Rua dos Bombeiros Voluntários
Re	Carrizada de Ansiães	Carrizada de Ansiães	Residencial Pereira	Rua Luís de Camões
R	Carrizada de Ansiães	Ribalonga do Tua	Café Restaurante Calça Curta	Largo da Estação, Foz Tua
R	Freixo de Espada-à-Cinta	Freixo de Espada-à-Cinta	Restaurante a Cabana	Estrada Nacional 221
R	Freixo de Espada-à-Cinta	Freixo de Espada-à-Cinta	Restaurante Aqui Alatas	Rua dos Emigrantes
R	Freixo de Espada-à-Cinta	Freixo de Espada-à-Cinta	Restaurante Bom Retiro	Estrada Nacional 221
R	Freixo de Espada-à-Cinta	Freixo de Espada-à-Cinta	Restaurante Cinta de Ouro	Estrada Nacional 221
Re	Freixo de Espada-à-Cinta	Freixo de Espada-à-Cinta	Residencial Cinta de Ouro	Estrada Nacional 221
TH	Meda	Longroiva	Solar de Longroiva	Longroiva
R	Meda	Meda	Residencial Novo Dia	Avenida Gago Coutinho
R	Meda	Meda	Restaurante Nova Era	Rua Dr. Reboredo, 34
R	Meda	Meda	Restaurante Santo António	Avenida Gago Coutinho
R	Meda	Meda	Restaurante Sete e Meio	Avenida Gago Coutinho
Re	Meda	Meda	Residencial Nova Era	Rua Dr. Reboredo, 34
Re	Meda	Meda	Residencial Novo Dia	Avenida Gago Coutinho
R	S. João da Pesqueira	S. João da Pesqueira	Restaurante Cêpa Velha	Avenida Marquês de Soveral
R	S. João da Pesqueira	S. João da Pesqueira	Restaurante Churrasqueira Mesquita	Avenida Marquês de Soveral
R	S. João da Pesqueira	S. João da Pesqueira	Restaurante Marquês	Rua de São João, 12
R	S. João da Pesqueira	S. João da Pesqueira	Residencial Marquês	R. de S. João, 12
R	Torre de Moncorvo	Carviçais	Restaurante Artur	Lugar do Rebenhão
R	Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo	Adega Regional o Lagar	Rua Adriano Leandro, 16
R	Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo	Restaurante a Lareira	Rua Abade Tavares, 17
R	Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo	Restaurante Campos Monteiro	Rua Visconde de Vila Maior, 55
R	Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo	Restaurante do Chefe Osvaldo	Estrada Nacional 220
R	Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo	Restaurante Passarinho	Rua Infante D. Henrique, 23
Re	Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo	Hotel Residencial Brasília	Estrada Nacional 220, nº 19
Re	Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo	Residencial Campos Monteiro	Rua Visconde de Vila Maior, 55
P	Vila Flor	Vila Flor	Pensão Campos	Avenida Marechal Carmona
R	Vila Flor	Vila Flor	Churrasqueira Moinho Velho	Rua Dr. Eduardo Cabral
R	Vila Flor	Vila Flor	Restaurante Toni	Avenida Marechal Carmona
R	Vila Nova de Foz Côa	Vila Nova de Foz Côa	Restaurante Dailas	Estrada Nacional 102
R	Vila Nova de Foz Côa	Vila Nova de Foz Côa	Restaurante Floresta 28	Estrada Nacional 102
R	Vila Nova de Foz Côa	Vila Nova de Foz Côa	Restaurante Lagosta	Rua Eng.º Carlos Lacerda
Re	Vila Nova de Foz Côa	Vila Nova de Foz Côa	Residencial Avenida	Avenida Gago Coutinho
Re	Vila Nova de Foz Côa	Vila Nova de Foz Côa	Residencial Marina	Avenida Gago Coutinho
Re	Vila Nova de Foz Côa	Vila Nova de Foz Côa	Residencial Floresta 28	Estrada Nacional 102

LEGENDA: R - Restaurante; Re - Residencial; P - Pensão; TH - Turismo de Habitação

ANEXO IV

**Parecer do Núcleo da Guarda da Quercus/Associação
Nacional de Conservação da Natureza
sobre a riqueza ambiental do vale do Côa e
a possibilidade de um Parque Natural para a região**

No que concerne ao projecto que a EDP tem para o Vale do Côa, cumpre-nos informar que na nossa opinião, além de inundar o “maior santurário a céu aberto de arte rupestre” (segundo os especialistas), vai também afectar negativamente algumas espécies autóctones de interesse regional, nacional e internacional. Com efeito, o vale do rio Côa, devido à sua geomorfologia e localização geográfica alberga algumas associações florísticas típicas e raras a nível nacional, só por si capazes de constituir fonte de desenvolvimento regional se devidamente exploradas. Do ponto de vista faunístico, ocorrem neste vale, ainda, espécies raras da nossa avifauna, como sejam: a lontra, a cegonha negra, a águia real, abutre do egipto, entre outros.

Obviamente que a maior parte destas espécies faunísticas é susceptível de se adaptar a esse novo habitat; no entanto, algumas verão locais de nidificação destruídos. Para além disso, quer-nos parecer que os propósitos futuros, quer da EDP, quer da autarquia, são de um aproveitamento massivo da albufeira para prática de desportos e outras actividades que serão de todo inconciliáveis com a preservação destas espécies e outras que eventualmente a construção da albufeira trouxesse.

No entanto, no nosso ponto de vista, a nível regional e do ponto de vista estritamente conservacionista, o vale do Côa tem uma importância diminuta quando comparado com o vale do Águeda ou com a albufeira de Sta. Maria de Aguiar. Acresce ainda o facto de o vale do Águeda ser do ponto de vista arqueológico um valor promissor.

Perante estes factos, a nossa opinião é a de que classificar o vale do Côa excluindo os vales dos rios Douro e Águeda não faz sentido, pois quer do ponto de vista geomorfológico, geológico, florístico, faunístico e pensamos que arqueológico, complementam-se, e só assim estariam reunidas condições para que toda esta região pudesse aspirar a um desenvolvimento sustentável e ininterrupto, fruto das diversas potencialidades disponíveis. Acrescento ainda um facto que pode ser relevante, que é a vontade de autarquias como a de Figueira de Castelo Rodrigo, as do Douro Superior e das associações de defesa do Ambiente, nomeadamente a Quercus, em conseguir a classificação de Parque Natural para as zonas atrás citadas.

Guarda, 23 de Junho de 1995
O Vice-Presidente do Núcleo